

FÁBRICA CARIOCA
DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2022

Com o pós pandemia da Covid-19, a FCCSA tem ampliado esforços para garantir o fornecimento de catalisadores e aditivos aos seus clientes cuja demanda vem crescendo consideravelmente mesmo com aumento dos custos de matérias primas e itens intermediários de produção, a empresa tem se empenhado em cumprir os seus acordos comerciais. Ao longo do período, diversas foram as medidas tomadas pela FCCSA em relação às rotinas operacionais, cabendo mencionar o destacamento de colaboradores para home office, em especial daqueles que se enquadram nos grupos de risco, sem prejuízo à continuidade das atividades; a contratação de uma epidemiologista para auxiliar na definição de protocolos de prevenção e prestação de serviço de telemedicina para atendimento aos colaboradores que apresentem sintomas da Covid-19 e/ou outras comorbidades; e a produção de material para orientação dos colaboradores quanto à ergonomia e manutenção de sistema e segurança da informação durante o trabalho remoto. No cenário econômico, as contas do governo federal evoluíram de forma positiva ao longo de 2022, fechando o ano com superávit primário de R\$ 57,1 bilhões, correspondente a cerca de 0,5% do produto interno bruto (PIB). Esse resultado representou o primeiro superávit primário do governo desde o ano de 2013. A melhora gradual do resultado primário observada a partir de 2017 originou-se tanto da contenção da razão despesa/PIB quanto de certa recuperação da razão receita líquida/PIB. Após o ano atípico de 2020, esses movimentos se intensificaram em 2021 e 2022, sob o impacto de uma combinação de fatores que impulsionaram as receitas e/ou limitaram o crescimento real das despesas, em particular, a recuperação da pandemia, a expansão de receitas não administradas e a inflação elevada. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central ainda vê muita incerteza relacionada ao cenário fiscal brasileiro e vai seguir acompanhando os desenvolvimentos futuros da política fiscal, com o novo governo eleito e seus potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação. A afirmação está na ata da reunião do colegiado realizada no mês de dezembro de 2022.Na ocasião, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 13,75%, e afirmou que a decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva. Segundo a ata, o comitê debateu de forma extensa os impactos de diferentes cenários fiscais sobre a inflação. Em sua análise, o Comitê reiterou os diferentes canais pelos quais a política fiscal pode afetar a inflação não só por meio dos efeitos diretos na demanda agregada, como também via preços de ativos, grau de incerteza na economia, expectativas de inflação e taxa de juros neutra. A inflação oficial do Brasil foi de 5,79% em 2022. A taxa anual caiu em relação a 2021, quando ficou em 10,06%, mas está pelo 2º ano consecutivo acima da meta central do governo. *Alguns fatos marcaram o ano de 2022 da FCCSA, dentre eles podemos destacar:* Realizamos 20 dias de parada para manutenção de nosso parque fabril, entre os meses de novembro e dezembro de 2022. Em 2022 pagamos dividendos aos nossos acionistas no valor de R\$ 96,6 milhões, referente ao saldo da reserva de dividendos propostos do ano de 2021. Durante o ano de 2022 completamos 1.931 dias sem acidentes de trabalho com afastamento, batendo o nosso recorde histórico, demonstrando que segurança é mais do que alcançar uma meta, é Valor e respeito a Vida. Ações de voluntariado estiveram em ação durante o ano de 2022, onde consolidamos o programa “corrente do bem” com a ajuda a creches e escolas da localidade. O patrocínio a projetos sociais, via lei de incentivo fiscal destina recursos, por meio do edital público “Catalisar”, à projetos que contribuem para o desenvolvimento das comunidades em situação de vulnerabilidade. Com isso, reforça a marca e estreita o relacionamento com a sociedade. São priorizados projetos com base no fomento a mudanças sociais e de continuidade, ações educacionais, capacitação ou de geração de renda e conscientização ambiental. A FCC S.A. manteve foco em segurança, saúde, meio-ambiente tendo como Missão o fornecimento de catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos treze anos de efluentes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2022 fechou em R\$ 634 milhões, 44% maior que no ano anterior. A produção total de catalisadores e aditivos fechou o ano de 2022 em 35.628 tbs, superando o recorde anterior de 35.458 tbs em 2013. Ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias e/ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R\$ 82 milhões, contra R\$ 129 milhões em 2021 que nesse ano, foi puxado principalmente pela recuperação tributária denominada “tese do século”. Geramos um Ebtida de 134 milhões em 2022 e 174 milhões em 2021. Possuimos um contrato de longo prazo com a Petrobras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para a Albemarle e Refinaria Mataripe S.A., cuja demanda se estenderá para o ano de 2023. O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2022, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Este relatório reflete a realidade da Sociedade e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores. **A Diretoria da FCC S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.958	41.011	Fornecedores	13	23.387	12.147
Contas a receber	5	71.461	70.340	Empréstimos e financiamentos	14	60.346	20.466
Estoques	6	112.703	79.419	Férias, salários e encargos sociais		8.157	9.505
Impostos a recuperar	7(a)	32.734	4.938	Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	7(b)	461	9.865
Outros ativos circulantes	8	4.482	3.730	Dividendos propostos a pagar	21(c)	20.421	—
		240.338	199.438	Obrigações com custos industriais e outros	18	11.103	14.786
				Contas a pagar de materiais e serviços	19	26.084	18.345
				Passivo de arrendamento	20(a)	10.836	11.130
						160.795	96.244
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	16	7.461	6.969	Provisão para processos judiciais	16	1.980	1.491
Impostos a recuperar	7(a)	58.909	88.378	Impostos diferidos	7(c)	7.708	13.169
Direito de uso	9	14.291	15.828	Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	7(b)	1.547	1.637
Imobilizado	10	118.239	108.213	Passivo de arrendamento	20(b)	3.065	6.184
Intangível	11	1.840	1.228			14.300	22.481
		200.740	220.616	Patrimônio líquido	21		
Total do ativo		441.078	420.054	Capital social	21(a)	145.000	145.000
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				Reserva legal	21(b)	29.000	29.000
				Reserva de reinvestimentos	21(d)	30.719	30.719
				Reserva para dividendo adicional proposto	21(c)	61.264	96.610
						265.983	301.329
				Total do passivo e patrimônio líquido		441.078	420.054

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de reinvestimentos	Dividendo adicional proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		145.000	29.000	30.719	2.672	—	207.391
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores	21c	—	—	—	(2.672)	—	(2.672)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	129.113	129.113
Destinações:							
Pagamento de dividendo antecipado	21c	—	—	—	—	(32.503)	(32.503)
Dividendo adicional proposto	21c	—	—	—	96.610	(96.610)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		145.000	29.000	30.719	96.610	—	301.329
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores		—	—	—	(96.610)	—	(96.610)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	81.685	81.685
Destinações:							
Dividendo proposto		—	—	—	—	(20.421)	(20.421)
Dividendo adicional proposto		—	—	—	61.264	(61.264)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022		145.000	29.000	30.719	61.264	—	265.983

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional: A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota explicativa nº 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas acionistas, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Albemarle Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento controlado em conjunto entre ambos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve aumento nas vendas para a Albemarle Corporation em função do crescimento de mercado pós pandemia Covid-19. A composição acionária encontra-se descrita na nota explicativa nº 21.2. **Políticas Contábeis: a. Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de Fevereiro de 2023. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **c. Moeda funcional e de apresentação.** Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: **(i) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos.** A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(k). **(ii) Benefícios de planos de pensão.** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. A determinar a taxa de desconto apropriada. As políticas encontram-se mais detalhadas na

nota explicativa nº 3(g). **(ii) Provisões para contingências judiciais.** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira.** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **1.1. Instrumentos financeiros.** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **i. Ativos financeiros. (i) Classificação e mensuração. Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48: **Classificação e Mensuração - CPC 48:** Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhe-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
Receita	22	633.466	438.776
Custo dos produtos vendidos	23	(447.139)	(278.964)
Lucro bruto		186.327	159.812
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(88.912)	(82.293)
Outras (despesas) receitas, líquidas	24	3.749	62.760
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		101.164	140.279
Despesas financeiras	25	(7.019)	(3.094)
Receitas financeiras	25	8.680	37.927
Variações monetárias, líquidas	25	(5.091)	1.034
Resultado financeiro, líquido		(3.430)	35.867
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		97.734	176.146
Imposto de renda e contribuição social	7(d)	7.346	(13.669)
Corrente		(23.395)	(33.364)
Diferido		81.685	129.113
Lucro líquido do exercício		81.685	129.113
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$		163	257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	81.685	129.113
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultado abrangente do exercício	81.685	129.113

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		81.685	129.113
Ajustes			
Provisão para <i>impairment</i>		—	(788)
Depreciação e amortização	10e11	14.920	14.870
Amortização de direito de uso	9	15.761	13.545
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente		23.395	33.364
Provisão para processos judiciais		476	499
Baixa de ativo imobilizado e intangível		(163)	(88)
Impostos diferidos		(7.346)	13.669
Obrigações com custos industriais e outros		(596)	2.589
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas e outras		7.302	2.871
		135.434	209.644
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber de clientes		1.279	(38.034)
Estoques		(33.284)	(4.495)
Impostos a recuperar		486	(78.332)
Depósitos judiciais e outros		(934)	(771)
Outros ativos circulantes		(739)	1.606
		(33.192)	(120.026)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores		11.186	10.567
Provisão para férias, salários e encargos sociais		(1.348)	2.214
Impostos e contribuições a recolher		3.226	(7.649)
Contas a pagar de materiais e serviços		4.652	21.599
		17.716	26.731
Caixa líquido proveniente das operações		119.958	116.349
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.230)	(24.256)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		85.728	92.093
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Receita na venda de ativo imobilizado		181	141
Aumento do imobilizado, intangível e de direito de uso	9,10 e11	(24.464)	(35.181)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(24.283)	(35.040)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	21c	(96.610)	(35.175)</





**FÁBRICA CARIOCA
DE CATALISADORES S/A**

CNPJ 28.944.734/0001-48

classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento**: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros**. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa**. O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **Capital social**. Todo o capital social é representado por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Já os dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido e distribuídos aos sócios mediante aprovação formal requerida pelos instrumentos legais da Sociedade. Mais detalhes estão evidenciados na nota explicativa nº 20. **b. Imobilizado**. Os itens do imobilizado são mensuráveis pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A planta industrial é destinada ao processamento de produtos químicos, altamente agressivos, o que requer uma manutenção permanente e planejada, cujo custo vai diretamente ao resultado do exercício ou é ativado quando aumenta a vida útil e econômica dos bens. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Terrenos e obras em andamento não são depreciados, edifícios são depreciados em 25 anos, máquinas, equipamentos e instalações são depreciados entre 5 e 10 anos e outros imobilizados são depreciados entre 5 e 10 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A sociedade efetuou o teste de *impairment* em parte de seu ativo, mais precisamente à linha de transmissão 138 kV, para ajuste do ativo em face ao valor justo e reconheceu os referidos efeitos nessas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. Para os demais ativos, a Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado. **c. Intangível**. Refere-se principalmente a software, adquirido de terceiros, cuja amortização é calculada pelo método linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. **d. Estoques**. Os estoques são registrados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques estão valorizados pelo custo médio e os valores contabilizados não excedem o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas com vendas. A provisão para obsolescência ou realização é constituída, se necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos seus estoques. **e. Redução a valor recuperável ("impairment")**. **(i) Ativos financeiros**. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **(ii) Ativos não financeiros**. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que refleta as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). **f. Benefícios a empregados**. **(i) Planos de contribuição definida**. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições definidas para uma Sociedade multipatrocinada (Fundo de Pensão) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **(ii) Planos de benefício definido**. Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições que variam de acordo com o plano de custeio anual calculado com base nos compromissos do plano de benefício definido. A obrigação líquida da patrocinadora quanto aos planos de previdência de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados irão auferir como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é obtida com base em títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações do plano de benefícios e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por atuários qualificados e registrados no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, por meio do método de crédito unitário projetado. O plano de benefício definido foi extinto na Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. no ano de 2021. **g. Provisões**. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios CPC 25 6 e econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **h. Receita**. O CPC 47, estabelece um conjunto de medidas e tratamentos a serem aplicados no reconhecimento de receita decorrente de contratos com clientes. De acordo com o pronunciamento, a entidade deve reconhecer a receita quando (ou na proporção que) satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. Portanto, com a nova norma, a contabilização da receita passa a ser inteiramente dependente do conceito de obrigação de desempenho. Os cinco passos para o reconhecimento da receita são: Etapa 1 - Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; Etapa 2 - Identificar as obrigações de desempenho; Etapa 3 - Determinar o preço da transação, por obrigação de desempenho; Etapa 4 - Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; Etapa 5 - Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. **i. Receitas e despesas financeiras**. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **j. Imposto de renda e contribuição social**. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Sociedade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **k. Resultado por ação**. O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. **l. Contas a receber**. Referem-se a valores a receber de clientes e estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda de crédito esperada é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 16 (a). **m. CPC 06 - Leases (arrendamentos)**. No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de financiamento com terceiros. **iii. Outras normas**. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade: CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). CPC 27: Ativo Imobilizado. Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos à vista	10.986	13.999
Aplicações financeiras	7.972	27.012
	<u>18.958</u>	<u>41.011</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDB) com opção de recompra a qualquer instante, operações compromissadas em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 97,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022 e 2021. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade possuía depósitos bancários no exterior no valor de R\$ 10.932 e R\$ 13.487, respectivamente.

5. Contas a receber:

	31/12/2022	31/12/2021
No país - partes relacionadas (Nota 12)	38.779	38.692
No exterior - partes relacionadas (Nota 12)	9.374	4.207
No exterior - terceiros	12.170	9.988
No país - terceiros	11.555	17.870
Total do contas a receber bruto	71.878	70.757
Perda de crédito esperada	(417)	(417)
Total do contas a receber líquido	<u>71.461</u>	<u>70.340</u>

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	30.772	44.028
Vencidas		
De 01 a 30 dias	18.377	19.070
De 31 a 90 dias	14.421	4.737
De 91 a 180 dias	7.116	1.980
Acima de 180 dias	1.192	942
Total	<u>71.878</u>	<u>70.757</u>
Prazo médio de recebimento	34	48



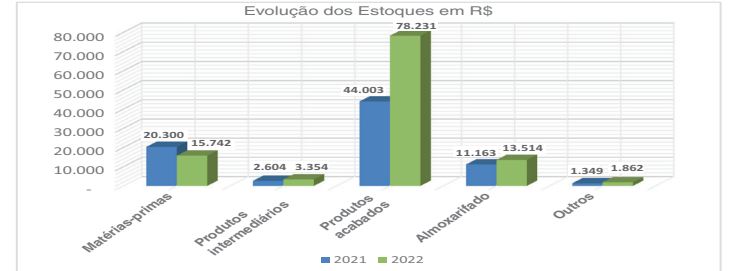
Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade baixou do contas a receber o valor de R\$ 145 referente aos títulos para perdas de crédito esperada. A movimentação do saldo da provisão em 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	562	
Baixas	(145)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	417	
Baixas	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>417</u>	

6. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas (i)	15.742	20.300
Produtos intermediários	3.354	2.604
Produtos acabados	78.231	44.003
Almoxarifado de partes	13.514	11.163
Outros	1.862	1.349
	<u>112.703</u>	<u>79.419</u>

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2022 encontra-se líquido da provisão para perda no valor total de R\$ 738 (R\$ 738 em 31 de Dezembro de 2021), constituída após testes em laboratório constatarem que parte dos estoques de matérias primas encontravam-se inservíveis para utilização.



7. Impostos: a. Impostos a recuperar:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	circulante	Circulante	circulante
ICMS (i)	10.339	1.046	700	1.083
PIS e COFINS (ii)	15.084	57.863	4.220	87.295
IPI	64	—	18	—
Contribuição social	3.075	—	—	—
Imposto de renda	4.172	—	—	—
Total	<u>32.734</u>	<u>58.909</u>	<u>4.938</u>	<u>88.378</u>

(i) Em 2022 a FCCSA atuou fortemente nas vendas para o mercado externo o que contribuiu na elevação significativa do saldo credor de ICMS em R\$ 10.339 (R\$ 700 em 2021). (ii) No dia 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu de maneira favorável aos contribuintes a respeito da tese da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, definindo que tal recuperação considerasse desde o dia 15/03/2017. Também ficou pacificado que as empresas que possuíam ações judiciais antes dessa data poderiam retroagir em 5 anos a partir da data da propositura da ação no levantamento dos créditos de pis e cofins. No dia 29/04/2021, a FCCSA obteve o transitio em julgado da ação iniciada em abril de 2008 e desta forma a Sociedade retroagiu sua recuperação fiscal de abril de 2003 até maio de 2021, com o cálculo do crédito apurado sobre o valor destacado nas notas fiscais, totalizando a quantia de R\$ 88.100 em créditos de PIS e COFINS atualizados monetariamente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 57.863 (R\$ 87.295 em

2021). A Sociedade solicitou a homologação de tais créditos junto à Receita Federal em 07/07/2021, sendo o pedido de habilitação do crédito homologado pela Receita Federal no dia 18/08/2021. Adicionalmente, em 22/09/2021 foi impetrado Mandado de Segurança visando garantir que a FCCSA realize o diferimento da tributação dos valores devidos de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins incidentes sobre a atualização monetária dos indêbitos tributários. Em 26/11/2021 foi deferida a medida liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do IRPJ, CSLL e do PIS/COFINS calculados a partir do transitio em julgado de decisões ilíquidas proferidas em Mandado de Segurança que reconheçam o direito à recuperação e compensação de indêbitos tributários na via administrativa, até a homologação dos pedidos de compensação. Em 2021, o juiz encarregado pelo processo da Sociedade, após manifestação da Receita Federal, deferiu o pedido de antecipação da tutela recursal da Impetrante/Apelante para autorizar a exclusão dos valores da taxa SELIC (juros de mora e correção monetária) incidentes nos créditos tributários federais a serem recuperados (indêbitos tributários) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, como requerido e em linha com a decisão do STF. Desta forma, a Sociedade procedeu com a referida exclusão fiscal no valor de R\$ 35.880 em 31 de dezembro de 2021. Em 2022, a Sociedade, após realização do seu planejamento tributário com seus assessores e especialistas e com vistas ao escoamento mais célere dos créditos de pis e cofins, alterou o seu regime fiscal de tributação, passando do lucro real anual para o lucro real trimestral. **b. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher:**

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Imposto de renda (i)	—	8.007
Contribuição social (i)	—	864
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>461</u>	<u>994</u>
	<u>461</u>	<u>9.865</u>

Passivo não circulante

Pis e cofins

(i) No 4º trimestre de 2022, em virtude da utilização da totalidade de créditos fiscais apurados da lei de inovação tecnológica, lei 11.196/05, chamada "Lei do Bem", não houve imposto de renda e contribuição social a pagar. **c. Impostos diferidos**: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social diferida ...		
Provisão de insumos e outras despesas- adição	68.169	36.955
Provisão para contingências e outros - adição	1.980	1.491
Lucros diferidos e outros - exclusão	<u>(92.819)</u>	<u>(77.179)</u>
Base de cálculo	<u>(22.670)</u>	<u>(38.733)</u>
Imposto de renda/contribuição social diferido ativo (passiva) - alíquota de 34%	<u>(7.708)</u>	<u>(13.169)</u>

Com o mandado de segurança que assegura a Sociedade em tributar o IR/CS do indêbito fiscal levantado de período pretérito somente no momento de efetuadas as compensações, procedeu-se na exclusão desse indêbito no momento de seu reconhecimento na contabilidade no valor mencionado na Nota Explicativa nº 7 (b) e mensalmente é adicionado para fins fiscais o valor compensado efetivo. Com esse processo, foi provisionado e adicionado para efeitos fiscais o valor para honorários advocatícios na ordem deR\$ 8.800 em 2021 e saldo em 2022 de R\$ 5.550. **d. Reconciliação da alíquota efetiva**: A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.734	176.145
Alíquota nominal	34,0%	34,0%
	<u>33.230</u>	<u>59.889</u>

Efeitos das diferenças permanentes:

Incentivos fiscais à cultura e inovação tecnológica	(11.474)	(1.307)
Exclusão atualização monet. Proc. Pis /Cofins	(290)	(12.199)
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	<u>(5.417)</u>	<u>650</u>
Corrente	<u>(23.395)</u>	<u>(33.364)</u>
Diferido	<u>7.346</u>	<u>(13.669)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(16.049)</u>	<u>(47.033)</u>
Alíquota efetiva	<u>16,4%</u>	<u>26,7%</u>
Saldo de adições temporárias	<u>94.758</u>	<u>41.361</u>
Saldo de exclusões temporárias	<u>(73.154)</u>	<u>(81.563)</u>
	<u>21.604</u>	<u>(40.202)</u>
	<u>7.346</u>	<u>(13.669)</u>

Despesa de I.R. e C.S. diferido

	31/12/2022	31/12/2021
8 Outros ativos circulantes		
Adiantamento de férias	166	117
Adiantamento a funcionários	22	30
Impostos antecipados	702	349
Adiantamento a fornecedores	1.085	2.071
Despesas antecipadas	<u>2.507</u>	<u>1.163</u>
	<u>4.482</u>	<u>3.730</u>

Os adiantamentos aos fornecedores são efetuados para prestação de serviços ou fornecimento de mercadorias aguardando a emissão da nota fiscal e não possuem característica de longo prazo e não estão sujeitos a perspectiva de perda.

9 Direito de uso

Direto de Uso	
Custo	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	<u>43.585</u>
Adições	4.670
Alienações e baixas	(6.737)
Reconhecimento AVP	1.137
(-) Juros AVP	(621)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>42.034</u>
Adições	15.619
Alienações e baixas	(7.282)
Reconhecimento AVP	2.978
(-) Juros AVP	(2.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>50.632</u>
Depreciação	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	<u>(18.234)</u>
Depreciação do exercício	(13.545)
Alienações e baixas	6.708
Reconhecimento AVP	(1.135)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>(26.206)</u>
Depreciação do exercício	(15.761)
Alienações e baixas	7.224
Reconhecimento AVP	(1.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(36.341)</u>
Valor residual	
Em 31 de dezembro de 2021	<u>15.828</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>14.291</u>

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. No início de um contrato, uma entidade avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento, se o mesmo prevê o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de um pagamento. Os itens que foram aderentes à norma são : aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos e aluguel de espaço físico para armazenamento de produtos . Os prazos contratuais variam de 12 a 36 meses.

10 Imobilizado

	Terrenos e edíficios	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Móveis utensílios, veículos e Outros	Total
--	----------------------	--------------------------------------	--------------------	--------------------------------------	-------

Custo

Saldo em 1º de janeiro de 2021	<u>46.132</u>	<u>307.327</u>	<u>16.718</u>	<u>27.169</u>	<u>397.346</u>
Adições	—	—	31.037	5.310	36.347
Alienações e baixas ..	(48)	(4.411)	—	(436)	(4.895)
Transferências	<u>3.735</u>	<u>10.881</u>	<u>(15.629)</u>	<u>234</u>	<u>(779)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021 ..	49.819	313.797	32.126	32.277	428.019
Adições	—	—	24.587	990	25.577
Alienações e baixas ..	(4)	(3.085)	—	(244)	(3.333)
Transferências	<u>1.158</u>	<u>7.228</u>	<u>(10.516)</u>	<u>1.030</u>	<u>(1.100)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 ..	50.973	317.940	46.197	34.053	449.163

Depreciação

Saldo em 1º de janeiro de 2021	<u>(19.106)</u>	<u>(270</u>
--------------------------------------	-----------------	-------------



**FÁBRICA CARIOCA
DE CATALISADORES S/A**

CNPJ 28.944.734/0001-48

11 Intangível	Software
Custo	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	15.695
Alienações e baixas	(428)
Transferências do imobilizado	779
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.046
Alienações e baixas	(171)
Transferências do imobilizado	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.975

Amortização	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(14.833)
Alienações e baixas	427
Amortização do exercício	(412)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.818)
Alienações e baixas	171
Amortização do exercício	(488)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.135)

Valor residual contábil	
Em 31 de dezembro de 2021	1.228
Em 31 de dezembro de 2022	1.840

12 Transações entre partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue:

	Contas a rece-ber de clientes	Custo dos produtos vendidos	Contas a rece-ber de clientes	Des-pagar de pesas materiais e ope-rações	
	Receita		Receita		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	38.779	252.257	364.223	367	107
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.....	—	529	762	—	—
Albemarle Corporation	9.374	79.402	98.359	—	—
Albemarle Overseas Employment Corporation	—	—	—	269	1.588
Total em 2022	48.153	332.188	463.344	636	1.695
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	38.692	205.134	338.989	259	259
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.....	—	380	628	—	—
Albemarle Corporation	4.207	8.011	12.647	—	—
Albemarle Overseas Employment Corporation	—	—	—	269	—
Total em 2021	42.899	213.525	352.264	528	259

Modalidade	Banco	Moeda USD	R\$	Taxa	Data do crédito	Vencimento	
Resolução 4131/Finex	Santander	—	28.000	(106,05% do C.D.I.)	29/11/2022	29/11/2023	
ACC	Citibank	4.000	19.100	4,1%a.a.	24/05/2022	18/05/2023	
ACC	B.do Brasil	2.500	12.160	4,3%a.a.	09/06/2022	02/06/2023	2022
NCE - BRL	Itaú	—	10.000	(121% do C.D.I.)	18/06/2021	13/06/2022	
NCE - BRL	Bradesco	—	10.000	(112,61% do C.D.I.)	10/12/2021	05/12/2022	2021

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Movimentação	38.846
Empréstimos contratados (captações)		10.000
Juros		1.565
Variação cambial		1.133
(-) Pagamento de principal		(29.303)
(-) Pagamentos de juros		(1.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		20.466
Saldo em 1º de janeiro de 2022		20.466
Empréstimos contratados (captações)		59.260
Juros		3.085
Variação cambial		2.570
(-) Pagamento de principal		(22.612)
(-) Pagamentos de juros		(2.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		60.346

15 Plano de benefícios a empregados: A Sociedade é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria para os seus empregados, por meio do patrocínio de um fundo de pensão com plano de contribuição definida, no qual o regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização, administrado pelo ICATU Fundo Multipatrocinado - IcatuFMP. Em 2022, as contribuições da Sociedade somaram R\$ 1.882 (R\$ 993 em 2021) calculadas entre 60% a 140% sobre o valor da contribuição paga por cada empregado. O plano de benefício foi extinto em 1998 e não são permitidas novas adesões, e em dezembro de 2021 houve a decisão da PREVIC referente a formalização do processo de retirada, sendo assim em 2022 o plano encontra-se apenas na modalidade de contribuição definida, e tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora, não possuindo a sociedade risco atuarial ou qualquer obrigação. Em 31 de dezembro de 2022 o plano de contribuição definida possuía 210 (218 em 2021) participantes ativos e em 2020, 223 participantes ativos. Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1). A Sociedade possui a movimentação do plano de benefício definido, apresentado conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais de benefício definido com cobertura:		
Benefícios concedidos	—	—
Benefícios a conceder	—	—
Valor presente das obrigações atuariais	—	—
Valor justo dos ativos do plano	—	3.557
Valor justo dos ativos em excesso ao valor presente das obrigações atuariais	—	3.557
Passivo/(Ativo) líquido a ser reconhecido - Parcela Patrocinadora	—	—
Ganhos ou Perdas atuariais reconhecidas (I)	—	(3.557)
Passivo/(Ativo) líquido a ser reconhecido nesse exercício	—	—

Em 17 de dezembro de 2021 houve a decisão da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) referente a formalização do processo de retirada de patrocínio pela Sociedade ao plano de pensão em função da nova política de recursos humanos de benefícios pós emprego aprovados pela administração. Neste sentido a Sociedade reconheceu ganho atuarial no valor de R\$ 3.557. Os participantes assistidos até então pelo antigo plano escolheram o recebimento à vista de suas respectivas reservas matemáticas, e outros participantes optaram pela transferência do saldo remanescente de suas reservas para outro plano de previdência complementar. **16 Provisão para contingências e depósitos judiciais:** No curso normal das operações no Brasil, a Sociedade continua exposta a reivindicações legais locais. A política da Sociedade é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentam ter pouco embasamento no mérito, e gerenciá-las por meio de seus assessores legais. A Sociedade reconhece provisão para contingência, quando da existe uma obrigação presente proveniente de eventos passados cuja liquidação resultará em saída de recursos relacionados aos benefícios econômicos. Os processos para os quais a Sociedade reconhece provisão para contingências são os de natureza trabalhista no valor de R\$ 1.980 (R\$ 1.491 em 2021) a movimentação é em virtude do surgimento de novas causas de ex-funcionários. Além disso, são reconhecidos depósitos judiciais para os questionamentos tributários e trabalhistas conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais - Tributários	6.024	5.639
Depósitos judiciais - Trabalhistas	1.418	1.311
Outros	19	19
Total	7.461	6.969

A abertura das causas possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

	Valor Causa	Dep. Judicial
	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	1.261	1.539
Contingências tributárias	32.616	44.319
Total	33.877	45.858

Em 2022 tivemos o valor de R\$ 32.616 (R\$ 44.319 em 2021) em causas possíveis de natureza tributária. Essa redução deu-se em virtude da baixa probabilidade de questionamentos do fisco com relação aos processos que garantem a Sociedade pagar o IR/CS somente no momento da compensação (disponibilidade econômica). Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir:
• **Trabalhistas** - Essas reclamações judiciais referem-se a reclamações de pagamento de insalubridade e horas extras, dentre outras.
• **Tributário** - A Sociedade legitima contra o governo em relação à taxação considerada inapropriada. Procedimento para a classificação dos passivos jurídicos como perda provável, possível ou remota pelos advogados externos: A Sociedade tem utilizado como critério de análise o valor estimado que está em risco e não o valor total envolvido em cada processo. Excepcionalmente, se houver conhecimento suficiente desde o início que há risco muito alto ou muito baixo de perda, o assessor legal pode classificar a reivindicação como perda provável ou perda remota. Ao classificar a ação com probabilidade de perda provável, o advogado estima o valor em risco para tal afirmação.
17. Instrumentos financeiros. A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:
Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	A 18.958	41.011
Contas a receber de clientes	B 71.461	70.340

Fornecedores

.....	A	23.387	12.147
-------	---	--------	--------

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:
a. Risco de crédito. Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.
Exposição a riscos de crédito. Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente

As transações com partes relacionadas são efetuadas de forma semelhante às que seriam aplicadas em transações com terceiros. As contas a receber e/ou a receita de vendas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e Petrobras Energia S.A referem-se às operações de vendas de catalisadores e aditivos. Estes representam cerca de 57% do faturamento total da Sociedade em 2022 (77% em 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as vendas para o acionista Albemarle Corporation representaram 16% (3% em 2020) do montante do faturamento. O contas a pagar de materiais e serviços e/ou os custos de produtos vendidos com as empresas ligadas do acionista Albemarle Corporation referem-se às operações de compra de beneficiamento e insumos secundários que auxiliam indiretamente na produção dos catalisadores e aditivos.
b. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, cuja remuneração paga ou pagar está demonstrada, a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	2.099	2.219
Benefícios pós-emprego	149	15
Total	2.248	2.234

13 Fornecedores: Os saldos de fornecedores são compostos conforme abaixo :

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores Nacionais	23.213	11.748
Fornecedores Exterior	174	399
Total	23.387	12.147

Em 2022 tivemos um aumento no saldo de fornecedores em comparação com o ano de 2021, em virtude das negociações para aumento no prazo de pagamento, com a finalidade de melhorar em nosso ciclo financeiro. No ano de 2022, a Sociedade não realizou operações de risco sacado, “securitização de contas a pagar”, “confirming” ou “forfait.
14 Empréstimos e financiamentos: Em 2022, a Sociedade adquiriu três empréstimos na modalidade “Resolução 4131/Finex e Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC)” nos valores de R\$ 28.000, R\$ 19.100 e R\$ 12.160 respectivamente, totalizando a quantia de R\$ 59.260; todos com prazo de pagamento em 12 meses, cada, às taxas de 106,05% do C.D.I., 4,1%a.a. e 4,3%a.a. respectivamente, mais variação cambial no caso do ACC. Em 2022 a Sociedade quitou os empréstimos na modalidade NCE (nota de crédito de exportação) do Banco Itaú em 13/06/2022 e do Banco Bradesco em 05/12/2022 com taxas de 121% do C.D.I. e 112,61% do C.D.I. respectivamente. Segue a relação dos empréstimos e sua movimentação:

proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. Todas as operações da Sociedade são realizadas com instituições financeiras de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.
Contas a receber e outros recebíveis. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A administração acredita que o risco de créditos relacionado ao seu contas a receber é mínimo em função do histórico de sua carteira de clientes e está devidamente refletido na provisão de perdas de créditos esperada.
b. Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco de a Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade. Tipicamente, a Sociedade garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A tabela a seguir indica os períodos em que saldos com fornecedores serão liquidados. Veja também o quadro de maturidade dos empréstimos na Nota Explicativa nº13.

	Valor	2 meses ou menos	2 –12 meses	1 – 2 anos
Fornecedores	23.387	23.387	—	—

c. Risco de taxas de juros. Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.
d. Risco de taxas de câmbio. Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de insumos (contas a pagar de materiais de serviço e fornecedores) e a vendas de produtos (contas a receber e receita de vendas). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dividas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.
e. Análise de sensibilidade. Uma apreciação ou depreciação do dólar no saldo de empréstimos e contas a receber em moeda estrangeira teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Sociedade considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes, como indicado abaixo, líquidas de efeito tributário:

31/12/2022			31/12/2021		
	Impacto no			Impacto no	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício		Patrimônio líquido	Resultado do exercício
USD (valorização de 16%)	4.725	4.725	USD (valorização de 16%)	2.174	2.174
USD (valorização de 14%)	4.134	4.134	USD (valorização de 14%)	1.902	1.902
USD (desvalorização de 16%)	(4.725)	(4.725)	USD (desvalorização de 16%)	(2.174)	(2.174)
USD (desvalorização de 14%)	(4.134)	(4.134)	USD (desvalorização de 14%)	(1.902)	(1.902)

f. Mensuração dos instrumentos financeiros. Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, recebíveis, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.
18. Obrigações com custos industriais e outros. A Sociedade registra basicamente suas provisões com custos alfandegários de desembaraço e provisões para honorários advocatícios nesta rubrica no montante de R\$ 11.103 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 14.786 em 2021). Em 2022 temos saldo de R\$ 5.550 (R\$ 8.800 em 2021) a título de provisão para honorários advocatícios inerentes ao ganho da ação de exclusão do icms da base de cálculo do pis e da cofins.
19. Contas a pagar de materiais e serviços. A Sociedade registra basicamente fornecedores não associados diretamente com o processo de produção tanto para materiais quanto para serviços, conforme quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais	14.269	14.077
Serviços	11.778	4.241
Outros	37	27
Total	26.084	18.345

Ao final do ano de 2022 a empresa operava em plena capacidade onde as compras de materiais estavam sendo feitas para seguir com a demanda no ano de 2023.
20. Passivo de arrendamento. Passivos de arrendamentos são passivos financeiros. No entanto, geralmente serão mensurados em conformidade com a CPC06 e não nos termos Do CPC 48 instrumentos financeiros. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, caso haja. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.Foram considerados aderentes ao CPC 06 os contratos de aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos (ônibus e caminhões), aluguel de espaço físico para armazenagem de produtos. A Sociedade determina sua taxa incremental de desconto (13,85%a.a) para 2022, que é revista anualmente, para cálculo do ajuste a valor presente sob as operações inerentes ao CPC06. Essa taxa foi calculada levando em consideração as características e natureza dos ativos e como se fossem ao mercado financeiro contrair um financiamento para adquirir um ativo similar em condições de uso.

	Curto prazo
Saldo em 1º de janeiro de 2021	10.126
Adições de contratos de arrendamento	1.839
Amortizações por pagamentos	(674)
Apropriação de Juros - AVP	(280)
Baixa juros – AVP	119
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.130
Saldo em 1º de janeiro de 2022	11.130
Adições de contratos de arrendamento	9.124
Amortizações por pagamentos	(7.987)
Apropriação de Juros – AVP	(2.550)
Baixa por final de contrato	(984)
Baixa juros – AVP	2.103
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.836
b. Longo prazo	
Movimentação	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	16.165
Adições de contratos de arrendamento	2.831
Transferência para o curto prazo	(13.489)
Apropriação de juros – AVP	(345)
Baixa juros – AVP	1.022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.184

Movimentação	Longo prazo
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.184
Adições de contratos de arrendamento	5.954
Transferência para o curto prazo	(9.249)
Baixa por final de contrato	(530)
Apropriação de juros – AVP	(1.959)
Baixa juros – AVP	2.665
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.065

21. Patrimônio líquido. a. Capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social, subscrito e integralizado, é representado por 502.144.796 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dividido da seguinte forma:

Albemarle Brazil Holdings Ltda. (50%)	251.072.398
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (50%)	251.072.398
Total	502.144.796

b. Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não constituiu reserva legal, visto já ter atingido o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal é de R\$ 29.000.
c. Dividendos. Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados conforme se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	81.685	129.113
(-) Reserva legal	—	—
Base de cálculo	81.685	129.113
(-)Dividendos propostos pelo mínimo de 25%	(20.421)	—
(-) Pagamento de dividendo antecipado	—	(32.503)
Dividendo adicional proposto	61.264	96.610

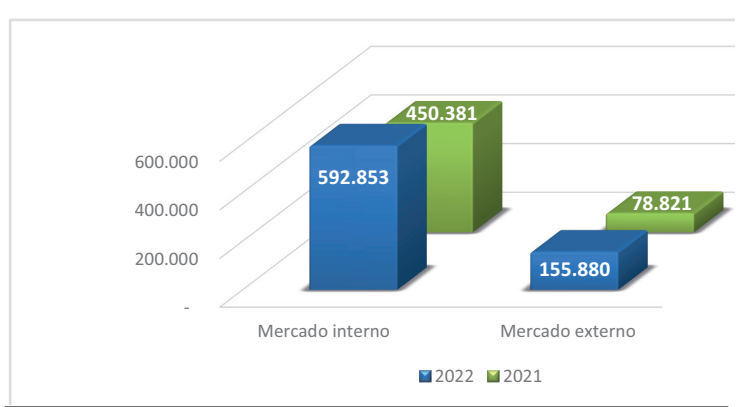
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não tivemos antecipação de dividendos referente ao próprio exercício. Durante o ano de 2022, realizados o pagamento de forma partilhada, do saldo dos dividendos do ano de 2021, R\$ 96.610.No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aprovado dentro do respectivo exercício o pagamento de dividendos antecipados pelo conselho de administração em reunião realizada em 6 de outubro de 2021, no valor R\$ 32.503. Por ter superado o dividendo mínimo obrigatório no exercício de 2021 estes não foram propostos por parte da Administração. A parcela remanescente do lucro líquido de 2022 no valor de R\$ 61.264 (R\$ 96.610 em 2021) foi classificada no patrimônio líquido, como dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPC 08. Segue abaixo o cálculo do lucro líquido por lote de 1.000 ações:

	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade de ações	502.145	502.145
Lucro Líquido	81.685	129.113
Total	162.67	257.12

d. Reserva de reinvestimentos. Possui saldo em 2022 de R\$ 30.719 e é destinada ao aumento de capital, pagamento de dividendos ou constituição de uma nova reserva de lucro tanto em 2021 e 2022.
e. Outras reservas de lucro. As proposições da destinação do resultado do exercício de 2022, serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2023.

	31/12/2022	31/12/2021
22. Receitas		
Vendas brutas de produtos e serviços		
mercado interno	592.853	450.381
Vendas brutas de produtos e serviço		
mercado externo	155.880	78.821
Total	748.733	529.202
Encargos sobre vendas (I)	(115.267)	(90.426)
Receita líquida	633.466	438.776

(I) Os encargos sobre vendas são os tributos PIS, COFINS, ICMS e IPI que incidem sobre as vendas para o mercado interno. Para o mercado externo não há tributação.



	2022	2021
23. Custos e Despesa por natureza		
Insumos e utilidades(i)	383.539	190.237
Gastos com pessoal e benefícios	57.958	57.378
Serviços contratados, fretes e encargos gerais (ii)	64.341	85.790
Depreciação (custo de produção e despesas operacionais)	30.213	27.852
Total	536.051	361.257
Despesa com pessoal e benefícios	18.119	17.764
Participação nos resultados	4.107	6.137
Serviços contratados (ii)	12.960	21.309
Fretes (iii)	23.481	7.596
Depreciação (não alocada ao custo de produtos vendidos) ..	10.995	9.754
Outros	19.250	19.733
Total	88.912	82.293

Total de Custo das vendas excluindo as despesas operacionais



FÁBRICA CARIOCA
DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

Conselho de Administração	Conselho Fiscal	PARECER DO CONSELHO FISCAL
Raphael Goszcz Crawford - Presidente Rodrigo Abramof - Vice-Presidente John Clarence Barichivich III - Conselheiro Alexandre Botelho Mata - Conselheiro	Fabio Barreto Lourenço - Presidente Fábio Costa - Conselheiro Rafael Cavretti Duarte de Oliveira - Conselheiro Sandro Costa - Conselheiro	Os membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, datado de 28 de fevereiro de 2.023, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de Janeiro, 08 de março de 2023. Fábio Barreto Lourenço - Presidente - Sandro Costa - Conselheiro. Rafael Cavretti Duarte de Oliveira - Conselheiro. Fábio Costa - Conselheiro.
Diretoria		
Claudio Romeo Schlosser - Diretor Superintendente Cid Alves de Carvalho Junior - Diretor Paulo Saturnino de Moraes - Gerente de Controladoria e Finanças André Laurentino de Meireles - Contador: CRC-RJ 084437/O-1		

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 14 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsis-

tente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em res-

posta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023. Ernst & Young - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 015199/F Felipe Sant' Anna Vergete Contador CRC-RJ 106842/O-6

